

ESP-15.4.75

Missionários criticam os métodos da Funai

Das Sucursais e do correspondente

Embora o presidente do Conselho Indigenista Missionário, padre José Vicente Cesar, tenha preferido não responder, do sertanista Apoema Meirelles — que depois de acusar a ação anterior dos missionários como responsável pela agressividade dos waimiri-atroari em relação aos brancos ameaçou abandonar o trabalho de atração desses índios caso a Funai admitisse a participação de missionários em seu grupo — dois membros do Conselho afirmavam ontem, em Manaus, que "a atração dos índios waimiri-atroari é um desafio à própria Funai, à sua política indigenista e aos seus métodos de pacificação". As acusações de parte a parte ocorreram num período inferior a 48 horas do término do seminário realizado pela Funai que reuniu em Manaus elementos das missões religiosas que trabalham junto aos índios brasileiros e, segundo o general Ismarth de Araújo, presidente da Funai, apresentou um excelente resultado.

Para o general Ismarth de Araújo, o seminário apresentou três pontos positivos: melhor conhecimento do trabalho realizado pelos missionários; melhor relacionamento entre as próprias missões, católicas e protestantes; e a constatação do grande interesse das missões em participar da assistência ao índio juntamente com a Funai. Foi a partir dessa constatação que a Funai decidiu aceitar uma antiga reivindicação das missões religiosas, e recomendar a participação de missionários nas frentes de atração do órgão.

Segundo o presidente da Funai, "os missionários estão modificando bastante seus pontos de vista sobre o problema religioso. Hoje todos concordam que os valores tribais precisam ser respeitados e que a opção por qualquer tipo de religião deve ser feita pelo próprio índio, depois de atingir um grau maior de compreensão do mundo civilizado". Para o presidente do Cimi, porém, há razões mais objetivas para que missionários possam participar das frentes de atração da Funai. Ontem, mesmo negando-se a comentar as afirmações do sertanista Apoema Meirelles, ele afirmava que atualmente existem religiosos preparados para desempenhar tarefas desse tipo. E citou até nomes: os padres Antonio Iassi, Gil Gomes e Thomas de Aquino Lisboa.

Ressaltando o trabalho positivo de missionários em expedições, o padre José Vicente César afirmou que várias atrações vêm sendo feitas nos últimos anos, como a dos índios munkus, em Mato Grosso. "Só que normalmente nós não fazemos grande alarde sobre os resultados do nosso trabalho — acrescentou — porque ele está voltado essencialmente para o objetivo de assistir o índio brasileiro". De qualquer modo, o Cimi ainda deverá examinar na próxima semana, numa reunião que será realizada em Diamantino, em Mato Grosso, a recomendação do seminário relativa à participação de missionários nas expedições.

Segundo as afirmações de Apoema Meirelles, a presença de missionários nas expedições só poderá trazer problemas. Ele

chegou mesmo a dizer que, no tempo em que os waimiri-atroari eram contratados pela expedição do padre Calleri — massacrada pelos índios —, "fatos estorcedores aconteceram, que o índio não esqueceu ainda e por isso continua massacrando o pessoal da Funai".

Ao analisar as razões que levaram os índios a praticar os últimos massacres, entretanto, os padres Egidio Schwade e Antonio Iasi Junior, membros do Cimi, afirmavam ontem, em Manaus, que muitos erros foram cometidos pelas expedições da Funai. "Houve erros e erros graves, mas que só poderão ser descritos e elucidados quando os índios forem estudados na sua formação tribal, o que até agora a Funai não fez".

Para esses dois missionários, o problema dos índios da região dos rios Alalaú e Abonari só serão resolvidos se a Funai se dispuser a aceitar a realidade: o despreparo do seu pessoal de atração, os métodos incorretos de atração até agora utilizados para o contato com os índios e, principalmente, a construção da estrada Manaus-Caracarái. "Esses três fatores — afirma o padre Iasi —, além de outros que são desconhecidos e só os índios poderiam elucidar, são a principal causa dos constantes massacres que os waimiri-atroari praticam contra o pessoal da Funai".

A primeira providência da Funai, segundo os dois missionários — "se realmente pretende resolver o problema dos waimiri-atroari" — terá que ser a paralisação das obras da estrada, com o afastamento do pessoal estranho às equipes de atração. Como complemento dessa primeira medida — "que pode contrariar profundamente os interesses alheios aos da política indigenista brasileira" — deveriam ser enviados para a área homens especializados, antropólogos e linguistas, para que estudem de perto o comportamento dos índios. Finalmente, depois desses estudos, seria mandada uma equipe de atração.

Ontem, o presidente da Funai anunciou em Brasília a aplicação de um programa de emergência para atender as comunidades indígenas yanomani que vivem nas imediações da rodovia Perimetral Norte, contagiados por vários tipos de doença, inclusive a tuberculose e doenças venéreas. Segundo uma pesquisa realizada pelas equipes da Funai em várias regiões da Amazônia, o problema mais crítico foi constatado entre esses índios — cerca de 350, que são atendidos em parte pelas missões e pela Funai, no posto Jarari, sob a responsabilidade do sertanista Oneide Castelo Branco. Os yanomani estão em contato permanente com os trabalhadores responsáveis pelas obras da rodovia e, por isso, o programa de urgência visará basicamente, além da assistência à saúde, o desenvolvimento de atividades que fixem o índio na sua aldeia, afastando-o da influência nociva dos trabalhadores. Outra medida que deverá ser adotada é a exigência de atestado de vacina dos operários que atuam na área e a recomendação de bloqueio da estrada para o tráfego normal nas proximidades das aldeias yanomani.

Convênios visam atender índios

Os ministros Rangel Reis, do Interior, e Paulo de Almeida Machado, da Saúde, assinaram hoje convênios para o desenvolvimento de programas de saúde entre a população indígena do Brasil e de controle e pesquisa sobre a oncocercose, no Território de Roraima, em áreas de influência da Perimetral Norte e outras localidades, conforme indicação epidemiológica.

No primeiro convênio, o Ministério da Saúde se compromete em ajudar o Ministério do Interior na organização e execução, em caráter supletivo, das atividades que se relacionem com a assistência médico-sanitária das populações indígenas e orientar os serviços médicos da Funai, de modo que venham a se integrar ao Sistema Nacional de Saúde. Ou-

tro compromisso assumido pelo Ministério da Saúde será estabelecer métodos para coleta e análise de informes e dados estatísticos destinados a implementar o sub-sistema de vigilância epidemiológica, a fim de orientar as ações de saúde voltadas para as populações indígenas.

Pelo segundo convênio — do qual participarão, além dos dois Ministérios, a Superintendência da Campanha de Saúde Pública, a Fundação Osvaldo Cruz, a Funai e o Território de Roraima — será desenvolvido um programa associado de estudos e pesquisas para o controle da oncocercose em Roraima e nas áreas da perimetral Norte, especialmente no Alto Demini, Alto Auaris, Serra dos Surucucus, Alto Calimani e Alto Mucajái.

Integração ainda gera divergência

O ministro do Interior, Rangel Reis, afirmou ontem, ao inaugurar a Semana do Índio, em Brasília, que a política da Funai visa basicamente a integrar o índio na sociedade e emancipá-lo, ressaltando que os próprios grupos mais aculturados estão interessados em sua emancipação. Contrariando o ministro, no entanto, o diretor do Parque Nacional do Xingu, Orlando Villas Boas, preferiu defender a necessidade da adoção de uma política indigenista que não tenha como objetivo imediato a integração nem a emancipação do silvícola.

Rangel Reis acentuou que a Funai não pode aplicar as mesmas diretrizes de trabalho a todas as comunidades indígenas brasileiras. "Na Amazônia — afirmou — a ação está voltada para o contato com os grupos ainda isolados, além da assistência a essas comunidades, preservando-as do contato brusco com a civilização. Nas áreas habitadas por tribos em adiantado estágio de aculturação, a meta é conduzi-las a uma auto-suficiência econômica, por meio da aplicação de projetos especiais orientados pela Funai". O ministro argumentou também que a integração não representará a perda dos valores tribais que serão preservados, assim como a terra, garantida pelo Estatuto do Índio.

OPÇÃO É DO ÍNDIO

Ao apresentar a sua tese, refulando a argumentação do ministro Rangel Reis, Orlando Villas Boas esclareceu que "depois de 30 anos de contato com os índios xinguanos, Claudio e eu estamos certos de que o processo de aculturação não é nocivo ao índio. A introdução de um machado de ferro, substituindo o primitivo instrumento de pedra utilizado pelo índio, por exemplo, só lhe trará benefícios, facilitando o seu trabalho. No entanto, cabe ao próprio índio optar pelo nosso convívio e qualquer política in-

digenista que vise acelerar o processo de aculturação do silvícola é nociva, uma forma de pressão que não podemos aceitar".

Orlando distingue bem a aculturação e a integração do índio. A integração, para ele constitui-se na fase final do longo processo aculturativo, quando então o índio, fatalmente perderá seus valores culturais sendo assimilado pela sociedade envolvente. "No entanto — ressalta — esta integração final deve ser retardada ao máximo, num trabalho de gerações e não planificada no papel e que poderá causar traumas indelévels a toda a comunidade".

Villas Boas mostrou-se ainda radicalmente contra qualquer modificação que venha a ser introduzida no Estatuto do Índio, visando acelerar o processo de integração e emancipação. "O importante agora — ressaltou — não é começar a propor modificações no Estatuto do Índio, mas primeiro colocá-lo em prática". O diretor do Parque Nacional elogiou, entretanto, o trabalho que vem sendo feito pela Funai, acenando que o seu atual presidente, general Ismarth de Araújo Oliveira, tem buscado um diálogo aberto sobre o problema do índio.

HOMENAGEM

Além de debates, a Semana do Índio se limitará este ano a uma homenagem ao marechal Rondon, no cemitério São João Batista, no Rio, e a duas exposições cinematográficas sobre o trabalho daquele pioneiro e sobre os índios Canela. Ontem à tarde, o Museu do Índio lançou um carimbo postal com motivos indígenas para ser utilizado na correspondência durante esta semana. Os filmes "Epopeia de Rondon" e "Os Índios Canela" serão exibidos dia 19 no Museu do Índio e na cinemateca do Museu de Arte Moderna.